



Índice

- 01 Jovens indígenas lançam exposição no Senado
- 02 No Dia Mundial do Meio Ambiente encontro mostra cultura do Cerrado
- 03 Analfabetismo entre crianças indígenas é de 18%, diz membro da Unicef
- 04 Antropólogo diz que demarcação de terras indígenas deve ser feita pelo Executivo
- 05 Literatura indígena e musical são destaque da programação desta quinta-feira
- 06 Comissão denuncia MEC por criar GT para universidade indígena sem ouvir povos
- 07 Organizações indígenas e indigenistas se negam a participar das audiências públicas referentes à PEC 215
- 08 Raoni pede que a Amazônia não seja esquecida por causa da Copa
- 09 Edward Luz é a contramão da antropologia atual sobre indígenas no Brasil
- 10 PF estima que agricultores tenham sido mortos por grupo de até 20 indígenas em Faxinalzinho
- 11 Indígenas expulsam a flechadas família por ter integrantes negros
- 12 Questão Indígena: Ministros insistem em 'mediação'
- 13 Indígenas fazem greve de fome por criação de reserva
- 14 Sul-mato-grossenses são promessa de concurso Miss Brasil Indígena 2014
- 15 Santa Maria: Imagens de aldeias indígenas compõem mostra fotográfica no Sesc



-
- 16** [Convênio de atenção à saúde indígena](#)
 - 17** [Bom exemplo](#)
 - 18** [Prefeito dá posse hoje a conselho de direitos indígenas](#)
 - 19** [Demarcação de terras: Governo estuda melhoria na instrução dos processos](#)
 - 20** [Indígenas marcam reunião para acalmar ânimos e cumprir prazo de trégua na Aldeia Buriti](#)
 - 21** [Organizações indígenas e indigenistas se negam a participar das audiências públicas referentes à PEC 215](#)
 - 22** [Olarte vai à posse do Conselho dos Povos Indígenas nesta sexta-feira](#)
 - 23** [A PEC 215 e a ofensiva contra os povos indígenas](#)
 - 24** [Comissão debate em São Paulo demarcação de terras indígenas](#)
 - 25** [Avanços das políticas de igualdade racial para povos e comunidades tradicionais são discutidos em encontro no Rio Grande do Sul](#)
 - 26** [MPF lança política em defesa de Unidades de Conservação Ambiental](#)
 - 27** [Para começar bem o dia: "Suspendo leilão de energia da hidrelétrica de Santo Antônio"](#)
 - 28** [Polícia Federal é expulsa de área invadida por índios Pataxó](#)
 - 29** [Depois de expulsar agricultores no Mato Grosso e Maranhão, Governo diz que não repetirá expurgo no Rio Grande do Sul e Bahia](#)
 - 30** [Incrá tem 30 dias para publicar relatório que reconhece Rio dos Macacos como área](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

[quilombola](#)



Jovens indígenas lançam exposição no Senado

SÍTIO VERMELHO, 05.06.2014

Para criar um espaço de expressão para jovens indígenas para debate dos avanços e desafios na realização dos seus direitos de adolescentes da Amazônia, o Senado promoveu, esta semana, uma audiência Pública e abriu a Exposição Fotográfica EyeSee – Ver o Mundo pela Fotografia. Os eventos foram solicitados pelas senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES), preocupadas com a situação de crianças e adolescentes indígenas da Amazônia.

A exposição, que está instalada no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, é resultado da Oficina de Fotografia realizada com adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Solimões, em Tabatinga, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM-FAEPI).

A exposição primeiro foi apresentada às próprias comunidades envolvidas no projeto, tendo passado por Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, municípios localizados no Alto Rio Solimões (AM) e Manaus. Sete povos indígenas foram retratados pelos jovens dos estados do Acre, Amazonas e Roraima que estiveram presentes na audiência pública e no lançamento da exposição.

O objetivo do evento é dar visibilidade às desigualdades que impactam sobre as populações indígenas que vivem na Amazônia, especialmente crianças e adolescentes. De acordo com Gary Stahl, representante do Unicef no Brasil, "há uma tripla exclusão: étnica, por serem indígenas; de classe, por serem pobres; e geracional, por serem jovens, que pode ser até pior se são mulheres."

Para Stahl, será um momento importante para que os próprios jovens e adolescentes indígenas falem de suas histórias e desafios, buscando mostrar aos parlamentares a importância de se ouvir estes grupos.

Para o Unicef, a audiência é um momento estratégico para se produzir informação e análise que contribua para uma maior visibilidade dos temas relacionados aos direitos de adolescentes e jovens da Amazônia no Senado Federal, gerando canais de diálogo e participação dos adolescentes e jovens junto aos parlamentares e ainda sugerindo prioridades legislativas para assegurar políticas públicas para a Amazônia.

Da Redação em Brasília
Com Agência Senado

No Dia Mundial do Meio Ambiente encontro mostra cultura do Cerrado

SÍTIO VERMELHO, 05.06.2014



Teve início nesta quinta-feira (5) em Brasília o 8º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que reúne cerca de 700 representantes de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco e agricultores familiares. O Encontro acontece no Complexo Cultural Funarte e celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente. Estão programados debates, mesas redondas, seminário, além de uma extensa programação cultural e da feira da sociobiodiversidade do Cerrado.

Organizado pela Rede Cerrado, o evento faz parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente e quer chamar a atenção das autoridades para problemas relativos ao direito à terra, conservação de áreas protegidas e produção agroextrativista.

Um dos organizadores do evento, Juliano George Basso disse que a feira é uma oportunidade de reunir várias associações representativas de povos do Cerrado para acessar e fomentar políticas públicas direcionadas ao bioma, além de mostrar um pouco da cultura da região, por meio dos produtos e do patrimônio material e imaterial.

“Essa é uma discussão muito forte, o Ministério Público Federal está aqui bastante presente trazendo algumas discussões relacionadas ao direito desses povos a manter sua cultura e a biodiversidade onde vivem, ou seja, o Cerrado. Todas essas ações estão sendo feitas para que isso possa ser alcançado, junto com Ministério do Meio Ambiente”, disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Para Célia Xacriabá, líder indígena que vive em São João das Missões (MG), o evento é uma maneira de unir a luta das associações do Cerrado. “Esse espaço da Rede Cerrado é um momento real de unificação de luta. É um espaço real de visibilidade porque a gente consegue protagonizar, falar e ser ouvido”, avaliou.

O encontro vai até o próximo domingo (8) e conta com uma programação de debates, mesas redondas, seminários, atrações culturais dos povos indígenas, quilombolas, feira dos produtos da sociobiodiversidade e praça gastronômica. A expectativa dos organizadores é que 30 mil pessoas passem pelo evento, montado no Complexo Cultural da Funarte, na área central de Brasília.

Com informações da Agência Brasil



Analfabetismo entre crianças indígenas é de 18%, diz membro da Unicef

SÍTIO R7, 05.06.2014

O analfabetismo entre crianças indígenas com idade entre 10 e 14 anos é de 18%, enquanto no total da população brasileira a taxa é de cerca de 4%. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o mesmo índice é de 2% no total da população, mas de 12% entre os indígenas.

As afirmações foram feitas por Gary Stahl, representante da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil), durante a audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado na última terça-feira (3).

O encontro deu espaço para que fossem escutados depoimentos de jovens indígenas a respeito das dificuldades que enfrentam nas regiões onde vivem e sugestões para resolvê-las.

— É preciso identificar as questões mais profundas relacionadas às realidades complexas e violentas nas quais estão inseridos os jovens indígenas. As próprias organizações indígenas identificam que frequentemente eles não se encontram em sua própria cultura e nem na cultura das cidades. São excluídos por serem indígenas, por serem pobres e por serem jovens, disse Stahl.

Cenário

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há no Brasil quase 900 mil índios, o que representa 0,47% da população, distribuídos em mais de 300 grupos étnicos.

De acordo com os jovens indígenas, em muitas aldeias faltam escolas que ofereçam o ciclo educacional completo.

O cenário faz com que os indígenas sejam obrigados a deixar suas comunidades para prosseguir os estudos, ficando expostos a problemas típicos das cidades, como violência, drogas, álcool e desemprego.

A discriminação e a exclusão do processo político e decisório foram outros problemas apontados: os jovens relataram terem sido vítimas de preconceito e reclamaram que não são escutados com relação às políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Eles também fizeram denúncias de exploração sexual e profissional.

Sugestões

Entre as sugestões apresentadas, os jovens pediram mais médicos e mais agentes de saúde em suas regiões, além de mais condições para que esses profissionais possam se deslocar até as aldeias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Sugeriram também a criação de repúblicas estudantis exclusivas para jovens indígenas a fim de acolher os adolescentes que migram para as cidades para concluir seus estudos. Por fim, foi solicitado o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao combate da violência e o alcoolismo nas aldeias.



Antropólogo diz que demarcação de terras indígenas deve ser feita pelo Executivo
SÍTIO OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 05.06.2014

O professor Christian Teófilo da Silva, da Associação Brasileira de Antropologia, disse hoje na Câmara que a demarcação de terras indígenas deve continuar sendo feita pelo governo, por meio do Ministério da Justiça, que, segundo ele, determinaria a extensão de terras indígenas segundo seus usos, costumes e tradições, e "livre das pressões de agentes que têm outra lógica de apropriação e desenvolvimento".

O antropólogo participou de audiência pública na comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição 215/00, que transfere para os parlamentares o poder de decidir sobre a demarcação de áreas indígenas, de quilombolas e reservas ambientais.

"O entendimento que se tem hoje é que as atuais regras existentes para o processo de demarcação de terras indígenas são regras previamente construídas pelo próprio Congresso Nacional."

Teófilo da Silva afirma que a proposta em análise na Câmara é inconstitucional. Segundo ele, atribuir a parlamentares o que é rotina administrativa do Poder Executivo se torna um risco aos territórios que se encontram constitucionalmente assegurados. Lucio Bernardo

O relator da proposta, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), estranha essa avaliação, pois seu relatório nem está pronto. "Confesso que eu vejo isso com muita tristeza. Quando se diz que o Congresso Nacional não pode atuar. Quer dizer, o povo brasileiro não pode solucionar os seus problemas", lamentou Serraglio lembrando que dos oito convidados para discutir o assunto hoje, apenas um compareceu.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, afirmou no fim do mês passado, após reunião com lideranças indígenas, que só vai colocar a proposta em votação no plenário se houver consenso na Câmara.

O consenso é difícil até mesmo na comissão especial, segundo admite o presidente do colegiado, deputado Afonso Florence (PT-BA). "Consenso eu não posso dizer que é impossível, mas as possibilidades são obviamente reduzidas."

Parecer

O relatório da comissão especial será apresentado após a realização de mais duas audiências públicas na Câmara. A próxima está marcada para quarta-feira (11) e terá a participação de representantes dos órgãos públicos que tratam da questão indígena. A última audiência contará com a presença de representantes dos produtores rurais.

Amanhã, a proposta vai ser discutida em São Paulo. Íntegra da proposta:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

PEC-215/2000

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto Edição – Natalia Doederlein



Literatura indígena e musical são destaque da programação desta quinta-feira
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 05.06.2014

Nesta quinta-feira (5), a programação da XVIII Feira Pan-Amazônica do Livro destaca a literatura indígena. As escritoras Márcia Kambeba, da etnia Omágua/ Kambeba, e Murué Surui, da etnia Aikewára, são as convidadas do Encontro Literário Paraense, que começa às 17h30, no auditório Dalcídio Jurandir. Márcia vai lançar o livro de poesias "Kakyri Tama Eu Moro na Cidade", e Murué, "Histórias dos índios Aikewára". Logo em seguida, às 19 horas, elas estarão no Ponto do Autor para uma sessão de autógrafos.

O Encontro Literário será com o escritor francês Roger Chartier, especialista em leitura e um dos mais reconhecidos historiadores da atualidade. Ele participou do seminário "Ler no século XXI" nesta quarta-feira (4) e foi prestigiado por uma plateia que lotou a sala Marajó, onde o debate ocorreu. O encontro desta quinta será às 19 horas, também no auditório Dalcídio Jurandir.

Ainda na quinta, começa o Seminário da Pan-Amazônica, espaço para debater literatura e antropologia, que terá como convidado da Conferência de Abertura o doutor em antropologia social e coordenador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Alfredo Wagner Berno de Almeida. A conferência, às 10h15, será no auditório Eneida de Moraes. A partir das 14h30, a programação do seminário segue com os professores Aldrin Figueiredo, Ernani Chaves e João de Jesus Paes Loureiro debatendo "Literatura e Antropologia".

O Papo Cabeça terá como tema "A viagem de viver sem droga". Os especialistas Marupiara Guerra, Luiz Walter e Luiz Veiga debatem o assunto no auditório Dalcídio Jurandir, a partir das 15h30.

Musical – Nesta quinta-feira, às 20 horas, no auditório Benedito Nunes, entra em cartaz na programação cultural da feira o musical "Era uma vez... Grimm", da Belazarte Realizações Artísticas (RJ). Sucesso de crítica e público, o musical de José Mauro Brant comemora os 200 anos da edição do primeiro volume de contos dos Irmãos Grimm. Bonecos, projeções, jogos de sombras e maquetes ajudam a contar as histórias, em que os próprios irmãos Grimm participam. Eles entram em cena para contar e viver os contos "Chapeuzinho Vermelho", "O Junípero" e "Cinderela".

Para o espetáculo, as versões originais foram adaptadas para uma linguagem musical que remete à ópera. Dividindo a direção com Sueli Guerra, Brant é autor do texto e das letras das músicas, que serão executadas ao vivo. As canções foram especialmente compostas pelo maestro Tim Rescala. Em Belém, a apresentação vai contar com a presença de cinco músicos paraenses: Sóstenes Siqueira (trompa), Jonathan Guimarães (flauta), Bruno Valente (violoncelo), Herson Amorin (clarinete) e Rodrigo Santana (viola). "Sempre que viajamos, selecionamos músicos locais para compor o grupo, é uma forma de compor um intercâmbio musical", revela o produtor do espetáculo, Fabrício Polido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Na Feira do Livro, o musical será apresentado em duas versões: infantil e adulto (versão mais completa). O musical adulto será apresentado quinta e sexta-feira, às 20 horas, e no sábado, às 16h. Já a versão infantil será na sexta-feira, às 16 horas, e sábado, às 11 horas. A programação completa da XVIII Feira do Livro está no site www.feiradolivro.pa.gov.br.

Sonia Ferro

Secretaria de Estado de Comunicação



Comissão denuncia MEC por criar GT para universidade indígena sem ouvir povos
SÍTIO CIMI, 05.06.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

A portaria de criação do grupo de trabalho (GT) do Ministério da Educação para tratar da fundação de uma universidade indígena, publicada em 24 de janeiro deste ano, continua gerando protestos entre os povos indígenas do país. Mesmo sendo uma reivindicação com respaldo entre as comunidades, lideranças criticam que as discussões têm ocorrido nos gabinetes e não nas aldeias. Na foto ao lado, povos indígenas de Pernambuco ocupam Gerência Regional de Educação.

Nesta última semana, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) divulgou nota externando o descontentamento de seus integrantes diante da publicação da portaria sem consulta ao órgão de controle social do MEC, às comunidades e organizações indígenas. A opinião foi debatida durante a primeira reunião da comissão em 2014, nos dias 27 e 28 de maio.

“Esse desconforto é pela forma com que o GT foi criado sem consulta à CNEEI, que é a única instância do MEC legitimada para tratar das questões referentes à Educação Escolar Indígena em nosso país”, diz trecho da nota. No documento, os integrantes da comissão afirmam que não são contra a iniciativa da universidade, mas questionam a forma como o MEC trata a questão.

Os argumentos dão conta de que o MEC ignora a função da comissão em discutir as políticas públicas em educação referente aos povos indígenas. A nota se refere ainda às determinações da Convenção 169: “Lamentamos que, mais uma vez, o direito de consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas e às organizações indígenas foi ignorado”.

Para a liderança Edilene Bezerra Pajeú, a Pretinha Truká, integrante da coordenação da Comissão de Professores e Professoras Indígenas de Pernambuco (Copipe), “a criação da universidade precisa ter seus marcos definidos pelos povos indígenas. Nós é que vamos dizer que universidade queremos. Ela precisa ser um espaço plural, livre e descolonial”, defende Pretinha.

Participam da comissão lideranças da educação indígena de 11 organizações do Brasil, além de representantes da Funai, MEC, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).



Organizações indígenas e indigenistas se negam a participar das audiências públicas referentes à PEC 215

SÍTIO CIMI, 05.06.2014

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e as organizações indígenas e indigenistas, abaixo assinadas, se pronunciam publicamente afirmando que não participarão das audiências públicas convocadas pela Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 da Câmara Federal. A proposta tem a intenção de transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo. Pretende ainda atribuir ao Legislativo a titulação de terras quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental.

Tomamos esta decisão por entendermos que: 1. Os povos indígenas e suas organizações demonstram há anos, país afora, contrariedade à PEC 215/00, chegando a ocupar, no mês de abril de 2013, o plenário da Câmara Federal; 2. Mobilizados no período de 26 a 29 de maio de 2014 em Brasília, os povos indígenas mais uma vez tornaram público seu repúdio e reivindicaram do Presidente da Câmara Henrique Alves a não aprovação da PEC 215, que se comprometeu a não levar a votação a iniciativa enquanto não houver consenso. 3. Ainda em 2013, sob pressão da mobilização de abril, o Presidente Alves criou um Grupo de Trabalho Paritário formado por parlamentares e indígenas que emitiu relatório contra a PEC 215, considerada reiteradas vezes inconstitucional; 4. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, por ocasião de mandado de segurança impetrado pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas deu parecer atestando a inconstitucionalidade da proposta; 5. O Ministério Público Federal também se pronunciou reafirmando a inconstitucionalidade da PEC 215; 6. Juristas, articulistas da imprensa, intelectuais, organizações e movimentos sociais, associações de profissões diversas, ambientalistas e quilombolas rechaçaram rotundamente a proposta.

Dessa forma, os povos indígenas e seus aliados já explicitaram há muito tempo o seu ponto de vista, pela rejeição da PEC 215/00, não só porque ela afeta uma regra jurídica fundamental: a divisão dos poderes, mas sobretudo porque busca suprimir o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais reconhecido pela Constituição Federal de 1988.

Denunciamos, assim, que tais audiências respondem ainda às agendas eleitorais da bancada ruralista, que fazem delas palco de incitação ao ódio, à violência, o racismo e a discriminação contra os povos indígenas e outros segmentos da população como os quilombolas e os sem terra. Por elas os parlamentares ruralistas tentam transformar a luta de um grupo minoritário de latifundiários contra demarcação das terras indígenas em plataforma política. Nas audiências, tão logo destilam ódio e informações mentirosas para pequenos agricultores e à população do entorno dos territórios indígenas, gerando um clima de angústia, insegurança e medo, tais deputados se apresentam como defensores dos direitos destes agricultores no Congresso Nacional.

Seguimos com opinião contrária à PEC 215/00, assim como o STF, a PGR, o Executivo, setores
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

do próprio Legislativo e da população brasileira, enquanto os autores e beneficiados pela proposta seguem a defendendo, visando unicamente seus interesses particulares. Inadmissível é vermos parlamentares manipulando um instrumento constitucional de diálogo com o intuito de subtrair do procedimento democrático seu real fim e legitimar junto a sociedade o monólogo autoritário de quem sempre apostou no arbítrio. Não podemos participar deste ataque aos direitos indígenas e à Constituição.

Brasília – DF, 04 de junho de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL

Comissão Guarani Yvyrupa - CGY

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste – ARPINSUDESTE

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul

Grande Assembléia Guarani – Aty Guasu

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Greenpeace

Instituto Socioambiental - ISA



Raoni pede que a Amazônia não seja esquecida por causa da Copa

SÍTIO TERRA, 05.06.2014

A Copa do Mundo de futebol no Brasil não deve nos fazer esquecer do destino da Amazônia, pediu em Paris o cacique indígena Raoni, líder da etnia caiapó, afirmando que esta luta também passa pela França.

Raoni e seu sucessor, Megaron, acusaram em Paris várias empresas de "destruir seu meio ambiente".

"Viemos de muito longe para transmitir nossa inquietação", declarou Megaron Txucarramae ao lado de seu tio, Raoni Metuktire, de 84 anos, cujo disco labial e cocar de penas se tornaram famosos no mundo inteiro há 25 anos através do cantor Sting, com quem fez um apelo a favor da floresta amazônica.

Os dois indígenas brasileiros iniciaram na terça-feira em Paris um novo giro de sensibilização que continuará em Bruxelas, Londres, Mônaco e Oslo.

"Aqui, na França, há empresas que estão construindo represas na Amazônia", disse. "Levantamos por isso a questão ao governo francês, ao povo francês: como podem nos ajudar para que estas empresas não destruam nosso meio ambiente?", disse Megaron, explicando que estas represas inundam as terras indígenas.

A obra mais criticada é a gigantesca represa de Belo Monte, que provocará a inundação de 502 km².

E embora suas terras não sejam inundadas, a represa afetará as comunidades indígenas vizinhas, que não poderão pescar devido ao desvio dos rios.

O grupo Alstom fornece equipamentos destinados a Belo Monte. Contactada pela AFP, a empresa limitou-se a responder que a energia hidroelétrica é uma "fonte importante de desenvolvimento social e econômico".

Por sua vez, Gert-Peter Bruch, presidente da ONG Planète Amazone, que organiza o giro de Raoni, acusou o grupo GDF Suez de ter construído uma represa desastrosa no rio Madeira" e a EDF de "se interessar na represa de Teles Pires que será construída perto de Sinop, ao lado de territórios indígenas".

publicidade

A empresa EDF declarou à AFP que "realiza estudos sociais e ambientais" em todos os seus projetos.

Durante o Mundial, Raoni convida os cidadãos de todo o mundo a "se unir simbolicamente a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

uma equipe de apoio de proteção da Amazônia", carregando cartazes em forma de mãos com os slogans "SOS Amazônia" e "Stop Belo Monte".

Antes de viajar à Europa, o cacique disse esperar que "neste período de Copa do Mundo, as atenções das pessoas também estejam voltadas para os índios e a Amazônia, e que nos ajudem", declarou em Brasília na segunda-feira.

Na semana passada Raoni já havia ido a Brasília, onde participou de três dias de protestos, com 500 chefes indígenas de cerca de cem etnias para exigir do governo políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Eles acusam a presidente Dilma Rousseff de impedir a demarcação de suas terras em benefício dos grandes agricultores.

As primeiras manifestações foram dispersadas com gás lacrimogêneo pela polícia montada. Um dos policiais levou uma flechada na coxa.

"Muitos jovens estão preocupados com a invasão do homem branco, com o desmatamento, com a poluição dos rios. O homem branco cria galinhas e outros animais, mas nós, os índios, precisamos da floresta para caçar e do rios para pescar", disse Raoni.

Edward Luz é a contramão da antropologia atual sobre indígenas no Brasil

SÍTIO DIARIODOVALE, 05.06.2014



Em recente passagem pela Capital, o antropólogo veio ao estado a convite da Comissão de Assuntos Agrários da OAB-MS para apresentar suas reflexões sobre a questão indígena no âmbito dos conflitos rurais, tão urgentes em Mato Grosso do Sul

[Share on facebook](#) [Share on twitter](#) [Share on google_plusone_share](#) [Share on linkedin](#) [Share on print](#) [Share on email](#)

Após um ano do episódio conflituoso de reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, o impasse entre produtores rurais e indígenas tornou-se uma novela diante da incapacidade do Governo federal em lidar com a questão de forma igualitária para ambas as partes. De um lado, comunidades indígenas reivindicam o direito a terras ancestrais por meio da Funai. De outro, estão os produtores que veem suas terras invadidas e alegam que o processo atropelado trava o desenvolvimento do agronegócio na região, além de não receberem indenizações à altura do valor de seus investimentos.

No meio da disputa, estão os antropólogos que periciam e produzem laudos a despeito das demarcações dessas terras. Edward Luz, formado pela Universidade de Brasília, é atualmente a contramão das correntes que defendem a apropriação, superficialmente fundamentada, de terras por indígenas. Perseguido dentro do seu próprio campo de atuação, Luz oferece uma visão da engenharia social dessas comunidades sob novo ângulo e defende que interesses políticos e até internacionais estão por trás dessas ocupações. Veja a primeira parte da entrevista:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

TopMídia News - Na visão antropológica da situação, a grande questão é como uma pessoa ou grupo pode se autodeclarar indígena diante de tanta miscigenação desde os longínquos anos de 1500? Ou seja, como e o que legitima a pessoa a ser indígena?

Edward Luz - A pergunta é simples, mas a resposta é complexa. Trata-se de um fenômeno que é a construção da identidade pessoal ou coletiva, é um fenômeno psicossocial - identidade é algo que você constrói para si mesmo, mas precisa do respaldo da sociedade que vai confirmar essa identidade.

Vamos falar do meu caso. Mantoanelli é meu sobrenome do meio, ou seja, sou descendente de italianos. O governo italiano juntamente com o brasileiro estabeleceu um pacto de reconhecimento da identidade italiana até a terceira geração, ou seja, se o meu avô tivesse nascido na Itália, eu teria a cidadania do país com todos os direitos que lhe apregoa.

Ora, se todas as pessoas que tenham sobrenome italiano podem requerer a cidadania, será que eu consigo alguma coisa nesse esquema? É possível entender que há benefícios em você ter o reconhecimento de outra nacionalidade. É aí que começa a complexidade da resposta. Você tem uma identidade psicossocial construída, mas também tem estímulos - positivos ou negativos.

Em 1939, na época da Alemanha Nazista, se você fosse judeu, correria um sério risco de ser preso e enviado a campos de concentração e sofrer, obviamente, algum tipo de discriminação. Portanto, muitas pessoas deixavam de lado a identidade judia ou a escondiam de certa forma.

Para Edward Luz, a afirmação de uma identidade depende das vantagens e desvantagens de se fazê-lo. Campo de concentração judeu durante a Alemanha Nazista (Auschwitz - 1945). Foto: Alliance

A construção da identidade, portanto, varia de acordo com estímulos ou interesses - ou você foge da pena ou vai atrás do benefício. Essa é a hora em que tudo fica mais complicado. A meu ver, essa circunstância começa numa boa vontade.

A sociedade brasileira também é formada por indígenas. O Brasil ainda têm sociedades indígenas, como os ianomâmis, xavantes e outros grupos da Amazônia brasileira. No total, são 215, mas pelo menos 15 milhões de brasileiros ou até mais, sobretudo no Norte, no Nordeste e até aqui no Centro-Oeste fazem parte de uma população miscigenada. Essa população poderia construir para si uma identidade de mestiço, mas não o faz por quê? Há algum benefício em se dizer mestiço? Alguém ganha algum centavo? Mas e quando se autodeclara indígena? A situação muda bastante.

TopMídia News - Na prática, há vantagens em ser indígena no Brasil?

Edward Luz - O estado brasileiro concedeu alguns benefícios e reconheceu alguns direitos diferenciados, como à terra, educação especial e assistência exclusiva. Só que o caboco, que aqui é chamado de bugre, mas no Amazonas é conhecido por caboco - que vem da palavra

CONT.



tupi kaabok (aquele que mora na mata) - é fruto da miscigenação, ele sabe que é miscigenado e não existe benefício especial a ele. Mas quando a pessoa se diz indígena, ela tem uma série de benefícios que despertam interesse.

Por isso diversas organizações, como ONGs nacionais e internacionais, existem para promover essa luta a fim de conseguir o reconhecimento do miscigenado como indígena e se aproveitam da situação. O próprio indivíduo muitas vezes descobre tais vantagens por si só. Para se ter uma ideia, já me perguntaram como é que faz para se tornar índio.

TopMídia News - Na esfera social, qual é a descrição correta da identidade indígena?

Edward Luz - Acompanhe o raciocínio: índio é um indivíduo que se reconhece e é reconhecido por uma comunidade que também se reconhece como indígena e que é reconhecida pela sociedade nacional não sendo uma comunidade indígena.

Vamos supor que eu queira dizer que sou zulu - uma comunidade africana. Os zulus vão olhar para mim e dizer "olha Edward, você não possui os pré-requisitos para ser considerado zulu. Além do mais, você não fala a língua zulu e não tem nenhum elemento da cultura zulu". Então, a própria comunidade vai me dizer: você não é zulu.

Esse fato aconteceu recentemente no Brasil. Um grupo que se dizia pataxó - composto por afrodescendentes misturados com brancos e orientais - queria ser dizer parte da etnia e a própria comunidade disse que não se tratava de pataxó. Inventaram uma nova designação e recriaram um grupo tupinambá [dados como extintos desde o século XVII, mas tiveram o seu reconhecimento oficial pelo FUNAI, em maio de 2002] que foi aceito pelo Estado e não pela sociedade.

Nesse caso, o Estado contratou uma antropóloga portuguesa que fez estudos e diversas teses durante três anos para fundamentar uma demanda política que é o reconhecimento desse grupo como se fosse indígena, mas não é. Com qual autoridade eu digo isso? Digo isso porque eu avaliei o corpo social do grupo, pois parentes de primeiro, segundo e terceiro grau daqueles que se autodeclararam pataxó não reconheceram essa identidade. No caso, primos, tios e avós não eram e pataxós e como a pessoa então pode dizer que faz parte dessa comunidade no momento?

Eu luto para que o Estado Brasileiro reconheça o direito da sociedade envolvente naquela região e não o abusivo daqueles que querem se dizer indígenas não sendo.

Conflito em MS faz 1 ano: fazenda Buriti. Foto: Deivid Correia

TopMídia News - O Sr. diz que muitos desses laudos antropológicos se tratam de factoides?

Edward Luz - Exatamente e eu não os aceito, pois isso, a meu ver, é uma tentativa de manipulação da identidade étnica com vistas à obtenção de benefícios exclusivos de

CONT.



populações indígenas e isso perverte o processo e os direitos tradicionais que a sociedade reconheceu.

O povo brasileiro já se posicionou e decidiu que não quer que o índio seja mais explorado. Queremos que ele se desenvolva e encontre seu próprio caminho para esse desenvolvimento.

Mas tem gente pegando carona no processo. Se achar indígena não é critério suficiente, ser reconhecido por uma comunidade que não é reconhecida por ser indígena também não é suficiente. Não dá para chegar e inventar nomes e criar aldeias - não adianta, se a minha comunidade ao redor não nos reconhece.

TopMídia News - O Sr. apresenta grande divergência de opinião da antropologia do mainstream (corrente atual mais forte). A que se deve isso?

Edward Luz - Sim e explico a razão disso. A crítica que estou fazendo agora bate de frente com a antropologia tradicional, pois está muito pautada e se fiando no valor do lado antropológico. Se o cara se diz indígena e os familiares dizem que ele é indígena, o antropólogo vem e assina o laudo - é indígena e fim de discussão.

A meu ver não, é preciso a chancela da comunidade indígena e da sociedade ao redor. Não a da sociedade distante, como acontece com os defensores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tem uma regra muito interessante sobre os indígenas no Brasil: quanto mais próxima a sociedade regional vive do indígena, maior é o sentimento de distanciamento daquela comunidade, ou seja, quanto mais distante é sociedade não indígena da indígena, maior é o amor, o interesse e o carinho. O carioca mesmo, defende de modo ferrenho, mas nunca morou com índios. Eu morei durante três anos e meio numa comunidade indígena e sei que é muito difícil, pois eu tentei ajudar cotidianamente e via os mesmos índios bebendo e caindo na praça todos os dias.

Contudo, há de se tomar um cuidado muito grande diante dessa questão, pois nem todo índio é alcoólico e muitos querem se desenvolver dentro da sua comunidade, mas de fato existe uma grande armação política com respaldo da antropologia tradicional ou para fazer adquirir mais terras ou fazer um movimento político ganhar força indevidamente. Enquanto isso, o índio vive em condições complicadas à espera pelas terras prometidas.



PF estima que agricultores tenham sido mortos por grupo de até 20 indígenas em Faxinalzinho

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 05.06.2014

Vítimas tinham entre 25 e 35 ferimentos pelo corpo

A Polícia Federal suspeita que os irmãos agricultores Anderson, de 26 anos, e Alcemar Souza, de 41, foram mortos por um grupo de até 20 indígenas em Faxinalzinho, no Norte gaúcho. O número de envolvidos subiu depois que a investigação constatou que um dos irmãos tinha 35 ferimentos pelo corpo e o outro, 25. O elevado número de lesões levou o delegado Mário Luiz Vieira a ampliar o total de investigados pelo crime, ocorrido em 28 de abril.

Desde 9 de maio, cinco índios seguem presos temporariamente no Complexo de Charqueadas. Outros três indígenas estão foragidos e mais 12 são investigados. O delegado já pediu a prorrogação da prisão do envolvidos, porém a Justiça ainda não se manifestou. Os cinco índios podem ser liberados caso a solicitação não seja atendida.

Anderson e Alcemar foram mortos com tiros de espingarda e agredidos a pauladas e pedradas. O laudo da necropsia apontou, ainda, que Alcemar foi atingido por uma lança. A arma entrou pelas costas e atravessou o corpo da vítima.

O delegado estima que os foragidos estejam escondidos nas próprias reservas, no entorno de Faxinalzinho. A PF apreendeu enterrados, no fim de maio, uma espingarda e um espeto que podem ter sido utilizados no crime. Dois carros utilizados no deslocamento dos índios também foram recolhidos.

No dia do confronto, os irmãos foram mortos depois de tentarem furar uma barreira indígena montada em uma estrada vicinal de Faxinalzinho. Desde o confronto, o Ministério da Justiça ainda não resolveu o impasse que envolve as demarcações de terra no município. Uma comitiva deve ser enviada ao Rio Grande do Sul na próxima semana.



Indígenas expulsam a flechadas família por ter integrantes negros

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 05.06.2014

Uma família foi expulsa a flechadas da aldeia urbana Água Bonita, que fica no bairro Tarsila do Amaral, em Campo Grande, na noite de ontem (4).

De acordo com o Boletim de Ocorrência, indígenas da aldeia liderados pelo ex-cacique Nito Nelson, 51 anos, queriam impedir que um mulher, que também é indígena, mudasse para a comunidade junto com o marido e com o filho por conta de eles serem negros.

Ainda conforme o Boletim, o casal já havia levado alguns móveis para casa onde iria morar, porém no momento em que chegava de carro com o restante da mudança, o veículo foi cercado por um grupo liderado, segundo o boletim, pelo ex-cacique.

O marido da mulher, Sidney Pereira, 27 anos, ainda desceu do carro para conversar com o indígenas, mas eles acabaram discutindo. Diante da confusão, a mulher pediu para o marido entrar no veículo para eles saírem do local.

Conforme o Boletim, no momento em que o casal deixava a aldeia, os indígenas dispararam várias flechas, uma delas ficou cravada na borracha que prende uma das janelas do veículo. Uma outra flecha acertou a bolsa do filho do casal. Ninguém da família ficou ferido.

O caso foi registrado como injúria racial na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) da Vila Piratininga.



Questão Indígena: Ministros insistem em 'mediação'

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 05.06.2014

Em audiência pública, nesta quarta-feira (04/06/2014), na Capadr – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, voltaram a pregar a “mediação” como o melhor caminho para conter os conflitos entre produtores rurais e índios por causa da posse de terras. “Sou integralmente a favor da negociação para fazer vingar uma solução pacífica. Ocorre que isto tem de ser urgente, porque há pessoas morrendo. O governo precisa vencer a morosidade e corrigir falhas do processo, porque a situação atual prejudica pequenos agricultores, indígenas e toda a população brasileira”, manifestou-se o deputado federal Junji Abe (PSD-SP).

Por iniciativa dos deputados Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Giovanni Queiroz (PDT-PA), os ministros foram convocados para prestar esclarecimentos sobre os assassinatos de dois produtores rurais por indígenas, no município de Faxinalzinho (RS). A revolta dos índios teria sido provocada, segundo os parlamentares, pelo descumprimento de acordo firmado, em 19 de março, pelo ministro Eduardo Cardozo, que não recebeu lideranças indígenas para dar prosseguimento às negociações sobre a requerida demarcação de terras, em uma nova reunião a ser realizada no dia 5 de abril.

“O Brasil não pode continuar sendo palco de crimes, praticados por indígenas e produtores, em função de questões fundiárias, enquanto o governo se mostra incapaz de conter as revoltas”, protestou Junji. Presidente da Pró-Horti – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros e da Subleite – Subcomissão Permanente do Leite da Câmara, além de ser vice-presidente da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária na Região Sudeste, o deputado disse que o passo inicial é “acabar com a guerra de torcidas”.

Segundo Junji, o governo precisa atuar como um “mediador equilibrado”, descredenciando o que ele classificou como “contos da carochinha” empurrados sobre a questão indígena para criar uma inexistente luta do bem contra o mal. “O setor agrícola não é um feudo comandado por coronéis mandatários interessados em sacrificar indígenas. Mas sim, é o resultado do suor de gente tão brasileira como os índios. A comunidade indígena, por sua vez, não pode ser largada nas terras, como se não fizesse parte do País, sem acesso à saúde, educação, segurança, enfim, ao mínimo de dignidade humana”.

Junji foi enfático ao conclamar os produtores rurais a se unirem com o objetivo de buscar solução pacífica que mostre seu valor à sociedade e resguarde seu direito de propriedade, assim como escancare os desmandos da Funai – Fundação Nacional do Índio no tratamento dado aos povos indígenas. “A experiência deixa cristalino que a questão indígena não é matéria para uma única instituição cuidar”, pontuou o deputado.

Ao citar que os relatórios produzidos pela Funai induzem o governo ao erro, ocasionando

CONT.



delimitações incoerentes e sem sustentação histórica, Junji enumerou irregularidades denunciadas por especialistas como o antropólogo Edward Luz, que foi consultor da fundação por vários anos. "Tanto produtores como índios tornaram-se vítimas da flagrante violação do direito de propriedade, consagrado na Constituição Federal. Ambos acabam ludibriados por gente de má fé", criticou.

O ministro da Justiça reiterou o compromisso de investigar os laudos da Funai que contenham indícios de fraude. "Só peço aos senhores que ajudem a pacificar e não a por mais lenha na fogueira", apelou aos deputados. Em seguida, Cardozo dirigiu largos elogios a Junji "pela sensatez, postura e ações equilibradas de alguém com grande representatividade na luta pela mediação de forma pacífica para trazer soluções satisfatórias".

Nem sempre as mesas de negociações funcionam porque "é difícil colocar índios e produtores cara a cara", como descreveu Cardozo. Quando os encontros são insustentáveis, como na Bahia e Rio Grande do Sul, o ministro disse que a alternativa são reuniões em Brasília, com as partes, separadamente.

Carvalho confirmou as dificuldades indicadas pelo titular da pasta da Justiça. Ele reconheceu que boa parcela dos agricultores ameaçados de perder suas terras para reservas indígenas foi incentivada pelo próprio governo a cultivar nessas localidades com a promessa de que teriam a posse das áreas. "Não é possível, simplesmente, retirá-los dos seus lares, pela vontade da Funai. É necessário que haja negociação e mediação para que se encontre um caminho mais satisfatório para ambos os lados", argumentou.

Diante da manifestação de Carvalho, Junji voltou a cobrar do governo a possibilidade de indenizar produtores rurais, legalmente detentores de títulos de propriedade, interessados em vender suas terras para constituição de novas reservas indígenas. O deputado assinalou que a simples expulsão de profissionais do campo para instalação de reservas indígenas agrava o caos social: "Transforma ex-lavradores em novos sem-terra, além de prejudicar o agronegócio nacional e continuar deixando os índios à míngua no que se refere à acolhida por políticas públicas".

PEC das Demarcações

Os ministros reafirmaram a posição contrária do governo quanto à PEC – Proposta de Emenda à Constituição 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar as áreas indígenas. Para Eduardo Cardozo, da Justiça, a matéria é inconstitucional, porque "um poder não pode realizar as mesmas funções típicas de outro poder, salvo em casos previamente autorizados pela Constituição, nos chamados atos atípicos".

A manifestação foi duramente combatida pelos parlamentares defensores do agronegócio. "O ministro alega que a PEC 215 fere o princípio da separação dos poderes. Mas as cláusulas pétreas falam em abolição do princípio da separação dos poderes", rebateu o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). "Então, nós estaríamos abolindo a separação dos poderes ao aprovarmos esta PEC?", questionou ele que foi relator da proposta. O parlamentar lembrou que para se instalar uma usina hidrelétrica em terra indígena já é necessária a autorização do Congresso. "Então, por quê não poderia fazer as demarcações?"

CONT.



Para o deputado federal Junji Abe, que é o 3º vice-presidente da comissão especial encarregada de analisar a PEC 215/2000, a matéria é pertinente, com a finalidade de corrigir uma grave distorção do atual sistema de demarcação de terras indígenas, homologado por decreto da presidente da República com base em relatório da Funai. "É um modelo autoritário e inaceitável num País democrático, porque exclui totalmente do debate a participação de não-indígenas e até de outros entes do Poder Público, como estados e municípios", defendeu.

Junji comanda, na próxima sexta-feira (06/06), a conferência paulista para discutir a PEC 215/2000, que será realizada das 14 às 20 horas, no Auditório Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa de São Paulo. O objetivo dos eventos estaduais, descreveu, é promover amplos debates no País inteiro, com plena representatividade de indígenas e produtores rurais, para colher subsídios necessários à emissão de parecer pelo colegiado.

Na opinião do deputado Giovanni Queiroz, a origem dos conflitos é a confiança cega do governo nos laudos fraudulentos da Funai. Ele pontuou que os índios, em sua maioria, não têm noção do que é a PEC 215/2000 e são manipulados a protestar contra a proposta por entidades representativas da causa indígena, muitas delas patrocinadas por organizações comerciais de países como os Estados Unidos.

É notório o interesse de organizações internacionais de conter o avanço do agronegócio brasileiro, seu mais forte concorrente no mercado internacional, como endossou Junji, rememorando as provas obtidas pela FPA que confirmam a propaganda contra os produtores rurais, patrocinada por corporações norte-americanas. "São estratégias de comoção pública que mostram índios, como coitadinhos, sendo massacrados por grandes agricultores", resumiu, indicando a guerra de torcidas a ser combatida para que as negociações pacíficas avancem.

Presidente da FPA, o deputado Luis Carlos Heinze disse que não se tratam apenas de terras. "São famílias que moram e produzem nos locais há mais de 100 anos. Não é justo retirá-las, apenas por meio de laudos antropológicos falseados", observou. Somente neste ano, nove agricultores morreram no Rio Grande do Sul, vítimas de confrontos com índios, como apontou o parlamentar, ao ressaltar que os indígenas afirmam estarem fazendo justiça com as próprias mãos porque, há 12 anos, esperam por uma solução que não vem.

Fonte: AI Dep. Junji Abe



Indígenas fazem greve de fome por criação de reserva

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 05.06.2014

Manifestantes vão erguer um acampamento na Praça dos Três Poderes para reivindicar Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais

Cerca de 110 integrantes de comunidades tradicionais das serras e planaltos de Minas Gerais chegaram a Brasília (DF), na manhã de quarta-feira, 4, para iniciar greve de fome e sede na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios. O protesto reivindica a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais.

A mobilização começou com uma visita dos manifestantes à Catedral de Brasília. Na sequência o grupo saiu em passeata ao Ministério do Meio Ambiente e de lá foram para a Praça dos Três Poderes, onde será erguido um acampamento. O povo indígena Xakriabá, em luta pela demarcação de terras tradicionais, apóia a luta e enviou representantes.

Conforme as lideranças, o movimento exige que o Estado os reconheça de fato como comunidades tradicionais e garanta os direitos a elas reservados. Alguns destes grupos vivem a 1.800 metros de altitude, onde cultivam e manejam de forma tradicional. Nos últimos 12 anos passaram a denunciar com mais intensidade as dificuldades de manutenção das próprias formas de vida aliadas à defesa do meio ambiente.

Os relatos de violências praticadas por fazendeiros e invasores das terras se somam à ausência de providências do governo federal para impedir a destruição do meio ambiente e das populações tradicionais, compostas por geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, vazanteiros, veredeiros, catingueiros, quilombolas e indígenas.

Sul-mato-grossenses são promessa de concurso Miss Brasil Indígena 2014
SÍTIO AQUIDAUANA ON LINE, 05.06.2014



Com a segunda maior população indígena do país, o Mato Grosso do Sul promete levar belas mulheres para o concurso Miss Brasil Indígena 2014, que acontece no dia 14 de setembro, em Brasília.

As regionais já estão acontecendo. Vários estados já elegeram sua miss, conta Silmara Terena, diretora geral do evento, lembrando que no próximo mês MS deve eleger a sua representante.

No site da Fundação Nacional do Índio, há uma nota dizendo, que na missão de promover e proteger os direitos dos povos indígenas no Brasil, a entidade não promove nem apoia iniciativas como concursos regionais, estaduais ou locais de beleza.

De acordo com o posicionamento institucional, tais iniciativas não contribuem para a divulgação da sociodiversidade brasileira, mas, antes, reforçam visões preconceituosas sobre as mulheres, desconstruindo os conhecimentos indígenas e desvalorizando o simbolismo das mulheres nas distintas sociedades indígenas.

Fonte: Mayara Bueno



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Santa Maria: Imagens de aldeias indígenas compõem mostra fotográfica no Sesc
SÍTIO FECOMÉRCIO, 05.06.2014

Registros fotográficos de Pedro Krum e equipe VagaMundo, em nove aldeias indígenas do RS, compõem a mostra "Palhaço Rabito aterriza na sua aldeia! uma ode às diferenças!". A exposição está aberta à visitação, de segunda a sexta-feira, das 9h às 20h, na Unidade do Sesc Santa Maria (Av. Itaimbé, 66), até o dia 30 de julho. A visitação tem entrada franca.

Em 2011, o Teatro VagaMundo criou o projeto "Palhaço Rabito aterriza na sua aldeia! uma ode às diferenças!", com o qual circula com seus espetáculos em aldeias indígenas do país. O projeto foi contemplado com o Prêmio FUNARTE Artes na Rua 2011, através do qual realizou a circulação do espetáculo La Perseguida em 12 aldeias indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul, o registro fotográfico desta experiência compõe a exposição no Sesc. Já em 2013, o projeto teve continuidade com financiamento do Pró- Cultura RS FAC (Fundo de Apoio à Cultura 2012) e o grupo realizou intercâmbios culturais com 12 aldeias indígenas Guarani do RS.

Essa exposição é uma mostra de imagens deste primeiro encontro dos índios com o palhaço, momentos de intensidade que marcaram a vida do grupo, sendo esta uma das formas que o VagaMundo encontrou para compartilhar sua experiência. A mostra reúne 40 imagens fotográficas das aldeias Guarita, Iraí, Cacique Doble, Carretero, Ligeiro, Ventarra, Nonoi, Votouro e Serrinha.

Sobre o Sesc – No Rio Grande do Sul, o Sesc está presente nos 497 municípios gaúchos com atividades sistemáticas em áreas como a saúde, esporte, lazer, cultura, cidadania, turismo e educação. Desta forma, o Sesc/RS desempenha o papel social assim como o Senac/RS o da qualificação profissional do Sistema Fecomércio-RS que atua em âmbito econômico, político e social pela constante qualificação e crescimento do setor terciário gaúcho.

SERVIÇO:

Exposição: Imagens de aldeias indígenas compõem mostra fotográfica no Sesc

Data de visitação: 03 de junho a 30 de julho, de segunda a sexta-feira

Horário de visitação: 8h às 18h.

Local: Hall do Sesc / Av. Itaimbé,66

Entrada franca



Convênio de atenção à saúde indígena

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 05.06.2014

Jornal da Câmara

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou na quarta-feira (28) fiscalização do convênio para execução de serviços e ações de atenção básica à saúde indígena de 2011 a 2012.

De acordo com o deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que sugeriu a Proposta de Fiscalização e Controle 99/12, o Ministério Público (MP) do Mato Grosso do Sul investigou o convênio da Secretaria de Saúde de Dourados e a organização de sociedade civil de interesse público (Oscip) Amigo do Índio para prestar esses serviços. Apesar de o MP ter encontrado irregularidades e sugerido mudanças, nenhuma atitude foi tomada.

O município tem 200 mil habitantes e a maior população indígena do País, constituída pelas etnias guarani-kaiowá e terena. A prefeitura é responsável por monitorar o uso dos recursos da Política Nacional de Atenção Básica para saúde indígena. "O município não tem cumprido o compromisso como corresponsável pelo monitoramento", afirmou o deputado.

Irregularidades

A presidente da entidade Amigo do Índio, Érica Ferri, deixou de explicar indícios de irregularidades como endereços fictícios nas certidões e alvarás de localização. "A entidade não comprovou qualificação técnica e capacidade operacional para a execução de ações e serviços de saúde pública", afirmou Marçal.

Segundo auditoria do MP, citada pelo deputado, há ligação entre o prefeito de Dourados, Murilo Zuith, e a entidade. O contador do prefeito, por exemplo, faz parte da direção da Amigo do Índio. Entre outras regularidades apontadas por Marçal, está a contratação do marido da presidente da Amigo do Índio para o cargo de secretário-executivo da entidade.

Investigação

O deputado Manuel Rosa Neca (PR-RJ) sugeriu uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar se a prefeitura acompanhou o convênio entre a Secretaria de Saúde de Dourados e a Amigo do Índio. O parlamentar ampliou a análise para começar em 2010 e ir até 2012.

Neca também recomendou:

- apreciar a gestão dos recursos da União destinados à saúde repassados a Dourados, de 2010 a 2012, e a regularidade do convênio firmado entre a secretaria e a entidade; e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

- emitir manifestação sobre as irregularidades apontadas na proposta de fiscalização e controle e na auditoria do MP estadual.

A partir da análise de todas as informações obtidas, Neca pretende elaborar um relatório final sobre o andamento da fiscalização.



Bom exemplo

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 06.06.2014

Em cidades convulsionadas por problemas econômicos e sociais, de vez em quando os limites ambientais se mostram, como na ameaça de falta de água em São Paulo. Estamos atrasados em ver que os problemas estão ligados: a economia requer terras férteis, a energia depende das chuvas e a saúde tem mais custos sem tratamento de esgoto. Meio ambiente não é um "departamento".

Por intuição e vivência, a população –especialmente os jovens, preocupados com o futuro– já se posiciona contra o desmatamento, em favor das terras indígenas, de enfrentar as mudanças climáticas, enfim, de uma agenda sustentável.

Mas o sistema político promove um perigoso retrocesso nas leis e políticas públicas conquistadas em décadas de luta socioambiental.

Nesta quinta (5), no Dia do Meio Ambiente, a única comemoração foi o reconhecimento de um plano para reduzir o desmatamento. Um relatório da União de Cientistas Comprometidos destacou as ações na Amazônia brasileira na década passada como uma contribuição sem precedentes para atrasar o aquecimento global (bit.ly/ucs5jun). Para os cientistas, reduzir o desmatamento não impede o desenvolvimento, como mostra o crescimento da economia rural no período, com vários acordos para frear práticas ilegais na produção de carne e de soja, por exemplo.

O relatório mostra atores importantes: os povos indígenas e suas terras como áreas de conservação, a vigilância do Ministério Público, a ajuda internacional, o engajamento de Estados e municípios. Mas o fator central é o Plano de Controle do Desmatamento, criado em 2004, no governo de Lula. Como ministra do Meio Ambiente, estive no nascedouro do plano e nos quatro primeiros anos de sua consolidação e posso avaliar o porquê de seu sucesso.

Reunimos 13 ministérios para agir em conjunto. Lembro o comentário bem-humorado do ministro Ciro Gomes: "Marina está querendo dar trabalho para todos nós". Que respondi: "O mérito pelos resultados também será de todos". Continuo convicta das diretrizes que tínhamos no ministério, entre as quais estava a ação combinada e transversal de todos os órgãos. Políticas isoladas têm mais chance de fracassar. Com diálogo e participação da sociedade, a ação pode resistir à alternância de governos. Mas esse é um aprendizado difícil.

Os ministérios com ações de controle foram bem no combate aos crimes ambientais, mas não houve o mesmo desempenho na promoção da economia sustentável. Poderíamos ter avançado mais. O Brasil teria hoje maior capacidade de liderar a transição para uma economia de baixo carbono.

Surgem agora dúvidas. Os cientistas veem risco em mudanças no Código Florestal e no aumento de 28% na taxa de desmatamento em 2013. O que será no futuro?



Prefeito dá posse hoje a conselho de direitos indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 06.06.2014

O prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte (PP), empossa nesta sexta-feira (6) representantes do CMDDI (Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas). A solenidade ocorre a partir das 8h no auditório do Planurb (Instituto Municipal de Planejamento Urbano).

Serão empossados hoje 26 representantes, dentre titulares e suplentes, de entidades não-governamentais. Eles irão representar as etnias Guarani, Kadiwéu, Kaiowá, Terena e Kinikinau.

No grupo, há ainda a participação de integrantes da AINI (Associação Indígena do Núcleo Industrial Indubrasil), AMICG (Associação de Moradores Indígenas de Campo Grande), AMIMS (Associação de Moradores Indígenas da Aldeia Marçal de Souza), ASERGR (Associação Indígena da Região do Segredo), CSCN (Centro Social de Cultura Nativa de MS), OIAR (Organização Indígena do Aero Rancho), Organização Tumune Xe"Exaxapa Terenoe Aldeia da Aldeia Darcy Ribeiro e Associação de Moradores de Estudantes Indígenas.

A lista completa dos conselheiros foi publicada na edição de 22 de maio, no Diogrande (Diário Oficial de Campo Grande).

Serviço – O auditório da Planurb está localizado na Rua Hélio de Castro Maia, nº 279, no Jardim Paulista.



Demarcação de terras: Governo estuda melhoria na instrução dos processos

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 06.06.2014

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta quarta-feira, na Câmara dos Deputados, que o governo reconhece a necessidade de melhorar a instrução dos processos de demarcação de terras indígenas. Em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), ele também admitiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pelos laudos antropológicos nas demarcações, precisa ser melhor estruturada. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende que outros órgãos do governo, assim como o Congresso Nacional, sejam ouvidos em futuras demarcações.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, também participou da audiência, convocada para que ambos prestassem esclarecimentos sobre o assassinato dos agricultores Alcemar, de 41 anos, e Anderson de Souza, de 26 anos. Os irmãos foram brutalmente assassinados no dia 28 de abril no município gaúcho de Faxinalzinho, no Rio Grande do Sul. Os três índios suspeitos de cometer o crime estão presos.

Segundo Carvalho, grande parte das terras indígenas do país já foram demarcadas. As áreas que ainda estão em processo de demarcação foram ocupadas ao longo do processo de colonização do território brasileiro e envolvem direitos conflitantes. "Muitas dessas áreas foram reconhecidas pela Funai, mas o próprio Estado brasileiro levou agricultores para ocupar essas terras", ressaltou, reconhecendo o apego afetivo dos agricultores por estas áreas. O ministro citou como exemplo os atuais conflitos no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na audiência, Cardozo defendeu o uso da mediação como forma de evitar conflitos entre agricultores e índios. "A mediação é a única saída viável para evitar que a solução dos conflitos venha por via judicial, o que poderia resultar em anos de espera até a decisão final", afirmou. O ministro reconheceu, no entanto, a dificuldade de se encontrar uma solução jurídica que supere a falta de amparo legal para a indenização de produtores cujas áreas foram demarcadas pela Funai.

Os dois ministros também foram questionados sobre os conflitos decorrentes da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Segundo Cardozo, a situação na região é tensa. Depois da morte de um agricultor, o conflito foi intensificado e fugiu ao controle do governo do estado.

O titular da Justiça lembrou, ainda, que a segurança na região é feita hoje por 800 homens da Força Nacional. Admitiu, por fim, que diante da impossibilidade de acordo, ele ainda deverá analisar a situação para definir o que vai e o que não vai ser demarcado na região. A área, identificada pela Funai, em 2009, tem 47.376 hectares e inclui assentamentos da reforma agrária, além de pequenas propriedades.

Fonte: CNA



Indígenas marcam reunião para acalmar ânimos e cumprir prazo de trégua na Aldeia Buriti

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 06.06.2014

Indígenas das 12 comunidades da etnia Terena que compõem a Aldeia Buriti marcaram uma reunião na noite desta quinta-feira (5) para acalmar os ânimos de companheiros que desejam partir para as retomadas de terras vizinhas à aldeia.

A possível 'retomada em massa' deixou em alerta os fazendeiros, que disseram ao Midiamax estar prontos até para o combate armado. Eles lembraram que o fim das retomadas, consideradas invasões pelos ruralistas, também faz parte de acordo entre as partes.

"A gente não sabe de onde está partindo essa ideia de retomada antes do prazo. Queremos evitar conflitos. Nos reunimos e decidimos que o melhor a fazer é esperar o prazo de 30 de junho, para uma resposta do Ministério da Justiça. Se não tiver resultado aí sim vamos resolver o que faremos", disse o cacique Maioki, da Aldeia Tereré.

Segundo o cacique, nova reunião foi chamada porque apenas 11 aldeias participaram da primeira: a Tereré, Córrego do Meio, Dez de Maio, Barrerinha, Oliveira, Água Azul, Recantos, Lagoinha, Nova Buriti, Olho D'água e Nova Tereré.

"Só a aldeia Buriti não participou, não avisou o motivo. Por isso chamamos uma nova reunião. Se alguma aldeia mudar de ideia ou não concordar em cumprir a trégua, nós vamos tentar convencê-los, porque queremos que fique como está: tranquilo", argumentou o cacique.

Em maio do ano passado, o indígena Oziel Gabriel, 36 anos, foi morto em um dos confrontos com os fazendeiros que envolveram homens da Polícia Federal. Até hoje ninguém foi responsabilizado pela morte do indígena.



Organizações indígenas e indigenistas se negam a participar das audiências públicas referentes à PEC 215

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 06.06.2014

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e as organizações indígenas e indigenistas, abaixo assinadas, se pronunciam publicamente afirmando que não participarão das audiências públicas convocadas pela Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 da Câmara Federal.

A proposta tem a intenção de transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo. Pretende ainda atribuir ao Legislativo a titulação de terras quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental.

Tomamos esta decisão por entendermos que: 1. Os povos indígenas e suas organizações demonstram há anos, país afora, contrariedade à PEC 215/00, chegando a ocupar, no mês de abril de 2013, o plenário da Câmara Federal; 2. Mobilizados no período de 26 a 29 de maio de 2014 em Brasília, os povos indígenas mais uma vez tornaram público seu repúdio e reivindicaram do Presidente da Câmara Henrique Alves a não aprovação da PEC 215, que se comprometeu a não levar a votação a iniciativa enquanto não houver consenso. 3. Ainda em 2013, sob pressão da mobilização de abril, o Presidente Alves criou um Grupo de Trabalho Paritário formado por parlamentares e indígenas que emitiu relatório contra a PEC 215, considerada reiteradas vezes inconstitucional; 4. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, por ocasião de mandado de segurança impetrado pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas deu parecer atestando a inconstitucionalidade da proposta; 5. O Ministério Público Federal também se pronunciou reafirmando a inconstitucionalidade da PEC 215; 6. Juristas, articulistas da imprensa, intelectuais, organizações e movimentos sociais, associações de profissões diversas, ambientalistas e quilombolas rechaçaram rotundamente a proposta.

Dessa forma, os povos indígenas e seus aliados já explicitaram há muito tempo o seu ponto de vista, pela rejeição da PEC 215/00, não só porque ela afeta uma regra jurídica fundamental: a divisão dos poderes, mas sobretudo porque busca suprimir o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais reconhecido pela Constituição Federal de 1988.

Denunciamos, assim, que tais audiências respondem ainda às agendas eleitorais da bancada ruralista, que fazem delas palco de incitação ao ódio, à violência, o racismo e a discriminação contra os povos indígenas e outros segmentos da população como os quilombolas e os sem terra. Por elas os parlamentares ruralistas tentam transformar a luta de um grupo minoritário de latifundiários contra demarcação das terras indígenas em plataforma política. Nas audiências, tão logo destilam ódio e informações mentirosas para pequenos agricultores e à população do entorno dos territórios indígenas, gerando um clima de angústia, insegurança e medo, tais deputados se apresentam como defensores dos direitos destes agricultores no Congresso Nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Seguimos com opinião contrária à PEC 215/00, assim como o STF, a PGR, o Executivo, setores do próprio Legislativo e da população brasileira, enquanto os autores e beneficiados pela proposta seguem a defendendo, visando unicamente seus interesses particulares. Inadmissível é vermos parlamentares manipulando um instrumento constitucional de diálogo com o intuito de subtrair do procedimento democrático seu real fim e legitimar junto a sociedade o monólogo autoritário de quem sempre apostou no arbítrio. Não podemos participar deste ataque aos direitos indígenas e à Constituição.

Brasília – DF, 04 de junho de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL

Comissão Guarani Yvyrupa – CGY

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste – ARPINSUDESTE

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul

Grande Assembléia Guarani – Aty Guasu

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Greenpeace

Instituto Socioambiental – ISA

Texto originalmente publicado no Blog da Apib

Repórter Brasil

Olarte vai à posse do Conselho dos Povos Indígenas nesta sexta-feira
SÍTIO MIDIA MAX, 06.06.2014



O prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte, participa nesta sexta-feira (6), às 8 horas, à posse do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas, no auditório da Planurb (rua Hélio de Castro Maia, 279, Jardim Paulista).

A Planurb fica na rua Hélio de Castro Maia, 279, no Jardim Paulista.



A PEC 215 e a ofensiva contra os povos indígenas

SÍTIO ANARKISMO.NET, 06.06.2014

A Proposta de Emenda Constitucional de número 215 (PEC 215), tramitada a partir do ano 2000, é um franco e direto avanço das forças conservadoras contra os direitos dos povos originários (indígenas). A base de seu funcionamento, caso venha a ser aprovada, repousa nos seguintes itens.

Começa iniciando com a mudança de poder concedente, alterando a competência da demarcação das terras reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 como sendo parte do direito ancestral dos primeiros habitantes do Brasil. Assim, o Poder Executivo deixaria de ser este responsável passando a tarefa de demarcar (ou não) as terras das nações originais para o Congresso Nacional.

Outras duas atribuições também passariam ao Poder Legislativo Federal. Uma alterna a forma de regulamentação destes territórios. Hoje a demarcação é aprovada por decreto e, com a PEC 215, viria a ser como lei.

Deste modo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como órgão especializado no tema, proporia menos políticas indigenistas, ficando na tutela do Congresso. Nas duas casas, a bancada do latifúndio e agronegócio (atendendo pelo eufemismo de "setor produtivo primário") tem sobre-representação e abundante poder de barganha. Junto com esta atribuição, vem a possibilidade de perda do direito adquirido, pois estaria prevista na mesma emenda constitucional a chance de revisar terras já demarcadas.

As terras indígenas e de quilombolas deveriam ter sido totalmente demarcadas no período de cinco anos após a promulgação da carta magna. Caso ocorresse, ao invés de discutir o factóide surreal do plebiscito sobre república ou monarquia em 1993, deveríamos haver concentrado todos os esforços nacionais para o reconhecimento do direito ancestral. Mais de 25 anos se passaram e agora o vitorioso modelo agrícola em grande escala visando à exportação avança por cima dos primeiros brasileiros.

Os direitos dos povos originários e quilombolas transcendem sua própria existência. Se o país não o reconhece, é porque no mundo real, toma posição a favor de uma cultura predatória dos recursos naturais limitados e faz o elogio dos bandeirantes e seus descendentes.

As sementes transgênicas são precedidas pela titulação de terras públicas, grilagem e devastação. Caso o Brasil empenhe todos os esforços no reconhecimento deste direito e na consequente execução, daremos um largo e seguro passo para revisar a própria história e condenar o genocídio indígena e a escravidão africana em todas as suas dimensões. Resta saber que país é este?



Comissão debate em São Paulo demarcação de terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.06.2014

A Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas (PEC 215/00) realiza hoje uma conferência em São Paulo para debater a proposta. O debate foi proposto pelos deputados Luis Carlos Heinze (PP-RS), Junji Abe (PSD-SP) e Nelson Marquezelli (PTB-SP).

A PEC 215/00 transfere para os parlamentares o poder de decidir sobre a demarcação de áreas indígenas, de quilombolas e reservas ambientais.

Entre os convidados estão representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo (OAB/SP); do Ministério Público Federal; do Governo de São Paulo; da Fundação Nacional do Índio; além do presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de São Paulo (Faesp), Fábio de Salles Meirelles, entre outros.

Além da reunião de São Paulo, estão previstas mais duas audiências públicas na Câmara antes da apresentação do relatório. Na quarta-feira (11) o debate terá a participação de representantes dos órgãos públicos que tratam da questão indígena. A última audiência contará com a presença de representantes dos produtores rurais.

O debate será realizado às 14 horas, na Assembleia Legislativa de São Paulo.
Íntegra da proposta:

PEC-215/2000

Fonte: Agência Câmara Notícias



Avanços das políticas de igualdade racial para povos e comunidades tradicionais são discutidos em encontro no Rio Grande do Sul

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.06.2014

Programação inclui Oficina de Trabalho Intermunicipal sobre Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais, com a participação de gestores locais

SEPPIR – “Os avanços da Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil” é o tema do encontro realizado pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico (CIDEJA), nos dias 9 e 10 de junho de 2014, na Universidade Federal de Pelotas (RS).

O objetivo da ação é valorizar o fortalecimento do diálogo entre as instituições que tem como competência trabalhar com as políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais, uma vez que serão pactuadas ações de implementação de políticas públicas a partir dos diagnósticos apresentados para gestores. A ocasião irá favorecer o intercâmbio de experiências entre os gestores municipais, assim como a avaliação do panorama sobre a situação das comunidades quilombolas, povos e comunidade tradicionais de Matriz Africana e Ciganos no Estado.

A ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos abre o evento com a palestra “Os Avanços da Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil para os povos e comunidades tradicionais Quilombola, Matriz Africana e Ciganos”.

O evento contará com a participação de sete municípios que compõem o Consórcio da Bacia do Rio Jaguarão: Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Piratini e Herval, e mais quatro cidades convidadas: Pelotas, Canguçu, Piratini, São Lourenço e Morro Redondo.

Atividades

Durante o encontro acontece a “Oficina de Trabalho Intermunicipal sobre Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais”, que faz parte das ações previstas no Planejamento de 2014, da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT/SEPPIR), no âmbito da pauta do Pacto Federativo. Essa será a terceira oficina de uma série. Já foram realizadas oficinas no Piauí, em março, e em Goiás, em abril, envolvendo cerca de 14 municípios dos dois estados e com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre prefeitos, secretários municipais e lideranças tradicionais.

Ainda como parte da programação, será realizada a “Capacitação sobre Tarifa Social e Uso Racional, Seguro e Eficiente da Energia Elétrica” pelo Ministério das Minas e Energia (MME). A atividade é fruto de uma parceria entre o MME e a SEPPIR no contexto do Programa Brasil

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

Quilombola (PBQ) e do Programa Luz para Todos (LpT) que será realizada em 11 estados. Além das capacitações, o MME tem realizado diagnósticos voltados para desenvolvimento de projetos-piloto na área de inclusão produtiva.

Informações

Data: 09 e 10 junho de 2014.

Local: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Campus Capão do Leão, Auditório da Faculdade de Agronomia – Capão do Leão/RS

Horário: 9 h



MPF lança política em defesa de Unidades de Conservação Ambiental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.06.2014

“Com proteção e restrição de atividades econômicas nesses locais, os processos podem gerar conflitos, tendo em vista que setores querem utilizar as áreas para outras finalidades, como plantio de soja, instalação de hidrelétricas e mineração, conforme propõe o chamado Código da Mineração, em tramitação no Congresso”.

Por Helena Martins, Repórter da Agência Brasil

No Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado nesta quinta-feira (5), o Ministério Público Federal (MPF) lançou uma política que pretende incentivar a defesa das Unidades de Conservação (UC). São áreas com características naturais relevantes e que, por isso, são definidas pela legislação ambiental como espaços que devem ser protegidos de forma especial, a exemplo do Parque da Tijuca, no Rio de Janeiro, e das chapadas Diamantina, na Bahia, e dos Veadeiros, em Goiás.

As ações incluem a elaboração de um mapa que aponta as 1.828 unidades existentes no país e as instâncias do MPF localizadas nas proximidades delas, um manual de regularização fundiária em unidades de Conservação e a disponibilização de um banco de dados com artigos, decisões judiciais e modelos de ações. Além disso, o MPF já enviou ofícios para as procuradorias locais, solicitando a instauração de procedimentos administrativos para cada UC, os quais devem conter relatório de visita ao local e dados que permitam diagnosticar a situação da área.

Segundo o subprocurador-geral da República Mário José Gisi, a ação conta com parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e partiu da constatação de que há um déficit histórico no trato das UC, tanto por parte do Poder Executivo quanto do próprio MPF. “Falta uma decisão política séria, verdadeira, na implementação dessas unidades, a partir da questão orçamentária, tanto para pagamento das indenizações quanto para a contratação de pessoal necessário para atender as demandas de gestão de cada uma das unidades”, avaliou.

Desde que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi regulamentado, em 2002, avançou-se pouco na efetivação da proteção ambiental, segundo o procurador da República Leandro Mitidieri. Ele disse que das 313 UCs federais, 173 não dispõem de plano de manejo, 50 não têm conselho gestor formado e 297 não concluíram a consolidação territorial, que é a retirada daquilo que é incompatível com os objetivos das UCs.

Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani avaliou que “a situação das unidades de Conservação é calamitosa”. Ele relatou que há cerca de 400 medidas para alterar as UCs em discussão na Câmara e no Senado. A situação não é nova. Segundo estudo citado pela representante da WWF-Brasil, Maria Napolitano, desde os anos 1980, 5 milhões de hectares dessas unidades foram reduzidos ou desafetados. 70% do total, nos últimos cinco anos. Para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 99 / 2014

Brasília, 06 de junho de 2014.

ela, as unidades não estão sendo consideradas no plano de desenvolvimento do país, mas sim “vistas como entraves”.

O debate no MPF apontou que a iniciativa deve agilizar os processos de regularização fundiária. Com proteção e restrição de atividades econômicas nesses locais, os processos podem gerar conflitos, tendo em vista que setores querem utilizar as áreas para outras finalidades, como plantio de soja, instalação de hidrelétricas e mineração, conforme propõe o chamado Código da Mineração, em tramitação no Congresso.

Os participantes enfatizaram a urgência no enfrentamento de tais interesses. A subprocuradora-geral da República Sandra Cureau, destacou que a proteção é “uma responsabilidade ligada aos direitos das atuais e futuras gerações”, mas vem sendo sistematicamente desrespeitada. “A partir do Código Florestal, que acabou por solapar boa parte da proteção da biodiversidade nas propriedades privadas, estamos voltando os olhos com muito mais ênfase para as unidades de Conservação, para a proteção da biodiversidade”, acrescentou Mário José Gisi.

Edição: Stênio Ribeiro.



Para começar bem o dia: "Suspenso leilão de energia da hidrelétrica de Santo Antônio"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.06.2014

O leilão de energia ocorreria hoje, sexta-feira, seis de junho

MPF RO

A pedido do Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) e do Ministério Público do Estado (MP/RO), a Justiça Federal suspendeu o leilão de energia da usina de Santo Antônio porque a hidrelétrica não pode vender um produto que ainda não tem autorização para gerar.

A energia elétrica que seria vendida pela usina viria de um excedente de 418 megawatts que a usina poderia gerar caso conseguisse a elevação da cota de seu reservatório. Mas, atualmente há duas liminares que impedem o Ibama de autorizar o aumento da área alagada pela hidrelétrica.

Uma liminar proíbe a elevação da cota do reservatório até que a população afetada seja consultada efetivamente a respeito dos impactos. Outra liminar considera que a usina deve cumprir todas as condicionantes de seu licenciamento – o que até o momento não ocorreu – para que só depois se possa autorizar o aumento de sua área de represa.

"Mesmo sem ter uma decisão final da Justiça para saber se pode ou não aumentar a área alagada por sua barragem, a usina Santo Antônio habilitou-se ao Leilão de Energia A-3, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Para o Ministério Público, isto é uma inversão da ordem natural das coisas", argumenta o procurador da República Raphael Bevilaqua.

Na decisão liminar, o juiz federal Herculano Martins Nacif afirma que é preciso "redobrada cautela na elevação da cota do reservatório diante da recente e extraordinária cheia do rio Madeira, com efeitos ainda visíveis, e cujo nexos causal com os empreendimentos hidrelétricos será objeto de estudo".

As causas das inundações serão pesquisadas com os novos estudos de impacto ambiental das hidrelétricas. Estes novos estudos foram determinados pela Justiça Federal a partir de uma ação civil pública movida por cinco instituições – MPF, MP/RO, OAB, Defensorias Públicas da União e de Rondônia.



Polícia Federal é expulsa de área invadida por índios Pataxó

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.06.2014

A Polícia Federal da cidade de Porto Seguro, na Baía, tentou cumprir uma ordem judicial de reintegração de posse do Parque Nacional do Descobrimento, nesta quinta-feira (5). A Unidade de Conservação fica no município de Prado, localizado no sul do estado, e foi invadida por índios Pataxó, em fevereiro deste ano. Os índios se recusaram a sair e a Polícia Federal voltou com o rabo entre as perdas.

De acordo com Eriosvaldo Renovato Dias, chefe da delegacia da Polícia Federal de Porto Seguro, a operação teve o objetivo de fazer reintegração de forma negociada. O delegado acrescenta ainda que a PF não tem intenção de fazer uso de força para cumprir o mandado de reintegração de posse. "Vamos continuar as conversações, objetivando atender a decisão judicial, mas não vamos dispor do uso de força", afirma.

Depois de expulsar agricultores no Mato Grosso e Maranhão, Governo diz que não repetirá expurgo no Rio Grande do Sul e Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.06.2014



Depois de coordenar duas grande operações militares que expulsaram milhares de agricultores no Mato Grosso e Maranhão, estados governados por partidos da base alugada, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou ontem que o Governo não repetirá o expurgo nos estados do Rio Grande do Sul e Bahia, cujos governadores são do PT. A afirmação foi feita em audiência pública na Câmara dos Deputados.

O governo resolveu intensificar a estratégia de mediar discussões em torno de demarcações de terras indígenas a fim de evitar conflitos entre índios e proprietários rurais agora que o imbróglcio chegou nos estados governados (ou pretendidos) pelo PT. “Não vamos tirar um agricultor de uma terra onde ele já tem sua tradição e realocá-lo para outra área”, disse Carvalho. O processo de demarcação é de responsabilidade da Funai, ligado ao Ministério da Justiça, e a homologação cabe ao presidente da República.

O ministro comentou casos recentes de conflitos envolvendo produtores rurais e índios, nos quais as duas partes reivindicam o direito sobre terras em propriedades de Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul. Em fevereiro um assentado da reforma agrária que lutava contra a demarcação de uma terra indígena na Bahia foi assassinado e no fim de abril, dois agricultores foram mortos por indígenas na região de Faxinalzinho, no Rio Grande do Sul.

Apesar das palavras de Carvalho, nos últimos dois anos o Governo promoveu duas grande operações que expulsaram milhares de agricultores no Mato Grosso e Maranhão. As duas operações foram coordenadas pela Secretaria Geral da Presidência da República e dirigidas pessoalmente por Paulo Maldos e Nilton Tubino, assessores diretos do Ministro Gilberto Carvalho.

A foto é de José Cruz, da Agência Brasil.



Incra tem 30 dias para publicar relatório que reconhece Rio dos Macacos como área quilombola

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 06.06.2014

Por decisão liminar emitida na tarde desta quinta-feira (5), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem o prazo de 30 dias para publicar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que classificou a comunidade Rio dos Macacos, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, como remanescente de território quilombola.

A sentença, proferida pela juíza federal Arali Maciel Duarte, da 1ª Vara Federal da capital baiana, foi motivada por ação civil pública ajuizada no último dia 21 pela Defensoria Pública da União (DPU) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF).

A magistrada considerou "inadmissível" a paralisação do processo administrativo à espera da publicação de um edital. A partir do cumprimento da determinação, seguem-se outras etapas: o envio do estudo para análise de entidades como a Fundação Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (Iphan) e Ibama. A DPU e MPF solicitaram também que o Incra dê continuidade ao processo administrativo, que culmina na delimitação, demarcação e titulação das terras. "Existe o processo judicial, a ação movida pela Marinha, e existe esse processo administrativo parado no Incra.

A Administração Pública deve dar publicidade aos seus atos. Se o Incra reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo, isso tem que ser publicado. É injustificável a demora na publicação do RTID, isso somente está servindo para acirrar os conflitos entre a Marinha e a comunidade. Felizmente a Justiça acolheu a nossa tese", explicou o defensor público federal Átila Ribeiro Dias, que moveu a ação junto ao procurador da República, Leandro Bastos Nunes. "Se o relatório tivesse sido publicado logo após a sua conclusão em 2012 e todos os outros atos tivessem sido realizados nos prazos determinados, o processo já poderia ter sido concluído. Se decidido pela titularidade das terras à comunidade, os títulos de propriedade já teriam sido emitidos", afirma Dias.